



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE PSICOLOGIA

**IMPACTOS DO ABANDONO PATERNO: UMA ANÁLISE
PSICANALÍTICA SOBRE AUSÊNCIA DO PAI E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA FEMININA**

**THE IMPACT OF PATERNAL ABANDONMENT: A PSYCHOANALYTIC
ANALYSIS OF THE FATHER'S ABSENCE AND ITS IMPLICATIONS FOR
FEMALE PSYCHIC DEVELOPMENT**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE PSICOLOGIA

**IMPACTOS DO ABANDONO PATERNO: UMA ANÁLISE
PSICANALÍTICA SOBRE AUSÊNCIA DO PAI E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA FEMININA**

**THE IMPACT OF PATERNAL ABANDONMENT: A PSYCHOANALYTIC
ANALYSIS OF THE FATHER'S ABSENCE AND ITS IMPLICATIONS FOR
FEMALE PSYCHIC DEVELOPMENT**

Trabalho de Conclusão de Curso
elaborado sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a
Carolini Cássia Cunha para obtenção do
título de Bacharel em Psicologia pela
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do abandono paterno na constituição psíquica feminina, sob a perspectiva da psicanálise. A escolha do tema surgiu a partir de vivências pessoais articuladas ao percurso formativo na Psicologia, o que permitiu compreender o abandono paterno não apenas como experiência singular, mas também como fenômeno social atravessado por fatores culturais e históricos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa teórica fundamentada em contribuições de autores do campo da psicanálise. Inicialmente, discutiu-se as transformações históricas e sociais da paternidades, evidenciando a compreensão do pai como função simbólica para além da reprodução biológica. Em seguida, aborda-se a articulação entre função materna e paterna na constituição subjetiva, destacando o papel do pai como operador da lei e mediador do desejo. Posteriormente, examinou-se os aspectos e consequências do abandono paterno, considerando sua dimensão simbólica e seus efeitos emocionais e sociais. Por fim, exploram-se as repercussões dessa ausência na subjetividade feminina, apontando implicações na construção da identidade, nas relações afetivas e nos processos de constituição do desejo. Conclui-se que o abandono paterno constitui um fenômeno que ultrapassa a falta física, pois fragiliza a função paterna e gera marcas subjetivas que podem repercutir ao longo da vida psíquica da mulher. Ainda assim, ressalta-se a singularidade de cada trajetória, uma vez que os efeitos da ausência paterna se manifestam conforme a estruturação subjetiva de cada sujeito e da construção singular que se produz a partir da própria história.

Palavras-chave: paternidade; abandono paterno; psicanálise; subjetividade feminina; função paterna.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts of paternal abandonment on the psychic constitution of women from a psychoanalytic perspective. The choice of this theme emerged from personal experiences articulated with the academic training in Psychology, which enabled an understanding of paternal abandonment not only as a singular experience but also as a social phenomenon shaped by cultural and historical factors. To this end, a theoretical study was conducted, grounded in contributions from authors within the field of psychoanalysis. Initially, the historical and social transformations of fatherhood are discussed, highlighting the understanding of the father as a symbolic function that transcends biological reproduction. Subsequently, the articulation between maternal and paternal functions in subjective constitution is examined, emphasizing the father's role as an operator of the law and a mediator of desire. The study then analyzes the aspects and consequences of paternal abandonment, considering its symbolic dimension and its emotional and social effects. Finally, it explores the repercussions of this absence on female subjectivity, pointing to implications for identity formation, affective relationships, and the constitution of desire. It is concluded that paternal abandonment constitutes a phenomenon that goes beyond physical absence, as it weakens the paternal function and produces subjective marks that may reverberate throughout a woman's psychic life. Nevertheless, the singularity of each individual trajectory is emphasized, since the effects of paternal absence manifest according to the subject's psychic structure and the unique construction derived from their personal history.

Keywords: fatherhood; paternal abandonment; psychoanalysis; female subjectivity; paternal function.

INTRODUÇÃO

A escolha da temática do abandono paterno para este trabalho de conclusão de curso surgiu em 2022, quando eu já havia completado um ano na graduação e iniciava minha análise pessoal. Nesse período, comecei a perceber como a ausência paterna marcou minha história e continua a ecoar em minhas relações, escolhas e modos de subjetivação. Além disso, a experiência analítica permitiu que eu confrontasse não apenas as lacunas deixadas por essa figura fundamental, mas também consequências psíquicas que dela derivam - angústias, repetições e questionamentos sobre meu lugar no mundo enquanto mulher.

Assim, o tema do abandono paterno deixou de ser apenas uma questão pessoal para se tornar um objeto de investigação acadêmica no âmbito do curso de Psicologia. Nesse contexto, a psicanálise, com sua capacidade interpretativa e sua atenção aos processos inconscientes, oferece um caminho farto para compreender como a figura paterna (ou sua falta) participa da estruturação psíquica dos sujeitos. Conforme apontam Bispo et al. (2017), ainda que essa estruturação seja singular, ela também é atravessada por determinações sociais e culturais, permitindo refletir sobre os efeitos coletivos de uma experiência que, assim como destacam os autores, ainda que única em cada indivíduo, compartilha dinâmicas comuns, especialmente na constituição psíquica feminina.

A teoria psicanalítica, desde Freud em *Totem e Tabu* (1913/2012), já apontava para a importância do pai na constituição do sujeito, não como figura real, mas como função estruturante, responsável pela inscrição da Lei e pela mediação entre o desejo materno e a inserção do indivíduo na cultura. Posteriormente, Lacan (1957-58/1999) radicalizou essa noção ao formalizar o Nome-do-Pai, reforçando seu papel simbólico.

O abandono paterno configura-se como um fenômeno social recorrente no Brasil, onde, apenas em 2024, mais de 91 mil crianças foram registradas sem o nome do pai, uma média de 460 casos por dia, segundo dados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2024). Embora haja uma leve redução em relação a 2023, o acumulado desde 2016 chega a 1.283.751 registros, com maior concentração nas regiões Sudeste (455.723) e Nordeste (382.241). Esses números dialogam com outro dado expressivo: em 2022, o país contabilizava 11 milhões de mães solo (FGV, 2023), cenário que engloba tanto casos de abandono paterno quanto situações em que mulheres exercem a maternidade sem o apoio de um cônjuge. Tal realidade, marcada não apenas pela ausência física, como ainda por um afastamento afetivo e simbólico, incide de maneira expressiva na constituição subjetiva do

indivíduo. Em escala coletiva, reforça desigualdades estruturais, como a sobrecarga materna na criação dos filhos e a perpetuação de ciclos de vulnerabilidade econômica e emocional.

Contudo, é importante ressaltar que os efeitos do abandono paterno não seguem um padrão uniforme, uma vez que, sob a ótica psicanalítica, conforme aponta Dor (1991), seus efeitos variam conforme a estruturação psíquica de cada sujeito. Isso ocorre porque a clínica psicanalítica, conforme destacado por Figueiredo e Machado (2000), não opera com categorizações fixas, mas com construções dinâmicas que se articulam a partir da fala e da inserção do sujeito na estrutura linguística. Nessa perspectiva, Dor (1991) ressaltava que o diagnóstico em psicanálise difere significativamente do modelo médico, pois não se baseia em sintomas observáveis ou critérios empíricos, mas na escuta do dizer do sujeito, que revela traços estruturais inconscientes (p.12). Conforme destaca o mesmo autor, esses traços, como a organização edipiana e a relação com a função paterna, são determinantes para a estruturação psíquica, especialmente nas modalidades neuróticas, como a histeria e a neurose obsessiva, e só se tornam acessíveis através da palavra e da análise do desejo.

Dando continuidade a essa perspectiva, Dor (1991) aponta que o diagnóstico psicanalítico é paradoxal: exige uma avaliação preliminar para orientar a cura, mas só se confirma ao longo do tratamento, já que a verdade do sujeito emerge gradualmente no processo de fala. Nessa mesma linha de pensamento, o autor demonstra que o abandono paterno não possui um significado universal, sendo interpretado a partir da dinâmica singular de cada sujeito, inscrita em sua estrutura de linguagem e desejo. Dessa forma, ao revelar nuances particulares em cada indivíduo, a realidade psíquica reforça a necessidade de considerar a ausência paterna em sua dimensão subjetiva e simbólica, para além dos dados estatísticos.

Assim, com a ciência desses limites, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos do abandono paterno e suas implicações na constituição feminina, por meio de uma pesquisa teórica. Pesquisa teórica, conforme Demo (1995), caracteriza-se como a utilização de um determinado referencial teórico ou teoria como base para a análise ou interpretação do objeto de estudo, constituindo, portanto, a metodologia adotada nesta pesquisa.

Nesse sentido, o estudo foi fundamentado em referenciais da psicanálise, utilizando contribuições teóricas clássicas e contemporâneas desse campo, buscando explorar os sentidos dessa ausência paterna no campo do inconsciente e suas marcas no desenvolvimento subjetivo da mulher.

Para tanto, serão abordados os seguintes eixos: A paternidade: da construção à compreensão psicanalítica, contempla dois subtópicos: A construção da paternidade e suas

transformações na modernidade e O pai: função e simbolismo na psicanálise, evidenciando a paternidade para além da dimensão biológica; A presença da função paterna na maternidade, analisando como ela se articula à função materna na constituição subjetiva; O abandono paterno: aspectos e consequências, discutindo os desdobramentos dessa ausência; e por fim, As repercussões da ausência paterna na subjetividade feminina, explorando como a falta paterna interfere na construção identitária e nas relações estabelecidas ao longo do desenvolvimento.

A PATERNIDADE: DA CONSTRUÇÃO À COMPREENSÃO PSICANALÍTICA

2.1 A construção da paternidade e suas transformações na modernidade

A compreensão da paternidade, enquanto construto social e psicológico, demanda, segundo Hennigen e Guareschi (2002), uma abordagem que transcende a simples noção biológica, abarcando suas múltiplas dimensões históricas, culturais e simbólicas. Historicamente, a figura paterna tem assumido diferentes contornos, refletindo as transformações nas estruturas familiares e nos valores sociais. Conforme demonstra Silva (2018), ao analisar a paternidade como uma função psíquica e social que se reconfigura ao longo do tempo, observa-se que a figura do pai acompanha as transformações culturais e jurídicas de cada época, assumindo novos significados e modos de exercício.

Nesse contexto, na Antiguidade clássica, particularmente no Direito Romano, a paternidade possuía um caráter jurídico-institucional, conferindo ao *paterfamilias* amplos poderes sobre o grupo familiar. Como destaca Virgílio e Gonçalves (2014), o *pater* acumulava funções políticas, religiosas e judiciais, chegando a exercer o direito de vida e morte sobre seus descendentes. Entretanto, essa concepção de paternidade como função social e política contrasta radicalmente com as sociedades matrilineares, nas quais a linhagem e a herança eram transmitidas pela linha materna, como descreve Malinowski (2012). Complementando essa perspectiva, Lévi-Strauss (1982) analisa que, nessas sociedades, a paternidade biológica ocupava um plano secundário, cabendo ao tio materno o exercício da autoridade parental e transmissão de direitos, configurando um sistema de parentesco distinto do modelo romano.

Já na modernidade, segundo Petrini (2005), a paternidade passa por profundas transformações, impulsionadas pelas mudanças nos arranjos familiares e nas relações de gênero. Nessa mesma direção, Giddens (1993) observa que a família contemporânea, marcada pela democratização das relações e pela fluidez dos papéis, redefine a paternidade, que deixa de ser uma figura autoritária para assumir uma presença mais afetiva e participativa. De modo complementar, Benczik (2011) ressalta que a redefinição da paternidade decorre das

transformações socioculturais que modificaram as concepções tradicionais de gênero, autoridade e família. Ainda segundo o autor, com o enfraquecimento do modelo patriarcal e a valorização de vínculos afetivos mais horizontais, o pai deixa de representar apenas a autoridade e passa a integrar-se como figura de cuidado e presença emocional. Essas transformações, contudo, não dizem respeito apenas à paternidade, mas também à maternidade, uma vez que ambas as funções se articulam. A maternidade, historicamente associada ao cuidado e à fusão com o bebê, aspecto que será aprofundado adiante, também se transforma diante das novas configurações familiares e sociais, sendo cada vez mais compartilhada com a figura paterna. Como observa Borges (2005), a função de cuidado e sustentação emocional, antes atribuída quase exclusivamente à mãe, tem sido dividida entre os pais, refletindo o ideal igualitário e a noção de co-parentalidade que marcam a contemporaneidade. Para a autora, a maternidade deixa de ocupar um lugar idealizado e passa a ser vivida de forma mais flexível e plural, sem perder seu papel simbólico fundamental na constituição do sujeito. Assim, tanto o lugar da mãe quanto o lugar ocupado pelo pai na dinâmica familiar se reconfiguram, sem que isso implique mudança na função paterna, que permanece como operador simbólico distinto do exercício social da paternidade.

2.2 O pai: função e simbolismo na psicanálise

Antes de adentrar na discussão sobre paternidade na psicanálise, é necessário abordar a maternidade ou função materna enquanto função estruturante. De forma introdutória, a função materna pode ser compreendida como aquela que sustenta e investe libidinalmente o sujeito, enquanto a função paterna refere-se à introdução da lei e da mediação simbólica entre mãe e filho. Nesse sentido, conforme Rezende (2018), é a função materna que estabelece as bases primordiais para constituição do sujeito. Freud, nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/2016), introduz a ideia de que a mãe, ou quem ocupa essa função, constitui o primeiro objeto libidinal da criança. De fato, como aponta o autor, o seio materno é descrito como o primeiro objeto de satisfação, marcando a passagem da necessidade biológica para o desejo, já investido de libido. Dessa maneira, a relação mãe-bebê é fundamental na constituição psíquica, funcionando como o primeiro vínculo libidinal.

Posteriormente, a partir dos Seminários 4 e 5 (Lacan, 1901-81/1995; Lacan, 1957-58/1995), Lacan identifica a mãe como o primeiro Outro, não apenas como quem supre as necessidades físicas da criança, mas como quem organiza e significa sua experiência afetiva, ao introduzi-la no campo da linguagem e do desejo. Nesse contexto, Lacan, em *Outros Escritos* (1901-81/2003), desenvolve como as funções materna e paterna se articulam

para possibilitar a constituição do bebê como sujeito. Segundo Calzavara e Ferreira (2019), essas funções não dizem respeito necessariamente a uma mulher ou a um homem, mas a pessoas que assumem determinadas posições, ultrapassando o simples atendimento das necessidades do bebê.

Além disso, conforme as autoras, a posição materna se refere à função daquele que, movido por um desejo, antecipa no bebê uma subjetividade ainda inexistente, mas já suposta. Elas ressaltam ainda que, por meio da linguagem e do olhar, ela investe libidinalmente no corpo do filho, que, de organismo passa a ser um corpo erógeno, marcado pelo significante. Nessa direção, Iaconelli (2023) destaca que a constituição subjetiva só é possível a partir do investimento de quem cuida, que libidinaliza o corpo do recém-nascido e institui o circuito pulsional, fazendo com que o bebê se aliene ao desejo do outro (p.164). Calzavara e Ferreira (2019) apontam que esse processo, porém, não se sustenta em uma presença contínua, mas na alternância entre presença e ausência, condição fundamental para que o desejo emergja e para que a criança reconheça um mundo para além da relação dual. Nessa perspectiva, Lacan (1969/2003) afirma que cabe à função materna transmitir ao bebê um desejo que não seja anônimo, mas que reconheça e dê significado a sua existência, possibilitando sua subjetivação. Além do mais, a função materna, como primeiro objeto de amor e de troca estabelecida com a criança, revela a possibilidade de um desejo que vivifica o filho em uma posição separada da mãe. Nesse sentido, Lacan (1969/2003) destaca que é a função paterna que introduz a dimensão do terceiro, possibilitando a separação entre mãe e filho e instaurando o campo da lei e do desejo. Desse modo, a função paterna atua como mediadora da relação, ao representar simbolicamente esse terceiro elemento que permite a constituição de um espaço próprio para o sujeito. Calzavara e Ferreira (2019) afirmam que o falo se revela como referência a esse terceiro elemento para o qual o desejo da mãe pode se dirigir. Nesse sentido, é importante destacar que, para a psicanálise, o falo não corresponde ao órgão anatômico, mas a um significante fundamental, representante do desejo e da falta que estrutura o sujeito. Para Lacan em *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente* (1957-58/1999), o falo é compreendido como aquilo que ocupa o lugar do que falta ao Outro, funcionando como um operador simbólico que regula as relações de desejo. O autor salienta que se trata de um elemento de função constitutiva, que não pode ser deduzido diretamente, mas que é necessário na dialética de entrada do sujeito em sua existência, já que é por meio dele que o desejo do sujeito deve ser reconhecido como tal (p. 285).

Ademais, continua Lacan (1957-58/1999), o desejo, seja qual for, tem no sujeito essa referência fálica. Logo, para Calzavara e Ferreira (2019), a mediação paterna na relação entre

mãe e criança é primordial para a ascensão desta à posição de sujeito, pois sempre se revela intermediada pela função fálica. Essa mediação, por sua vez, dificulta a relação intensa entre mãe e bebê, já que tal relação corresponde à fusão mãe-bebê. As autoras completam que, ao simbolizar que a mãe possui desejos que ultrapassam a criança, a função paterna rompe essa fusão e possibilita que a criança deixe de ocupar o lugar de objeto exclusivo, constituindo-se como sujeito desejante e separado.

A psicanálise radicaliza a discussão ao abordar a paternidade para além da dimensão biológica. Conforme Costa e Oliveira (2018), a função paterna assume um caráter essencialmente simbólico, sendo entendida por Freud e Lacan como um operador fundamental na estruturação psíquica. Essa função está diretamente relacionada à introdução da alteridade e à mediação simbólica necessária à constituição subjetiva, atuando como Nome-do-Pai, significante que interdita o gozo fusional com a mãe e inscreve a Lei no psiquismo (Lacan, 1957-58/1999).

Dessa forma, como destaca Silva (2007), a figura paterna pode estar presente ou ausente no real, mas isso não determina o exercício da função paterna, que opera no campo simbólico e não depende de uma existência material ou de contato direto. A função paterna, distinta da figura do pai, é aquela que organiza o psiquismo ao assegurar a interdição do incesto e a inserção da criança no campo da linguagem e da cultura, tal como discutido por Freud em *Totem e Tabu* (1913/2012). Trata-se de um operador simbólico, que remete à interdição edípica e à necessária ruptura com a fusão primordial à mãe, conforme a teoria freudiana do complexo de Édipo apresentada em *O Ego e o Id* (1923/2011), estando diretamente ligada à internalização da lei parental e à gênese do superego, processos fundamentais para a estruturação subjetiva.

Lacan, (1957-58/1999), parte da pergunta “Quem é o pai?” (p.180) para ampliar essa concepção, afirmando que “o pai é uma função”, e não necessariamente uma figura concreta. Essa função, como destacam Betts, Weinmann e Palombini (2014), manifesta-se em diferentes instâncias, simbólica, imaginária e real, que operam de modo estruturado na constituição subjetiva. Os autores explicam que o pai simbólico está relacionado à introdução da lei e à inscrição da interdição, instaurando a ordem significante que regula o desejo; o pai imaginário corresponde à imagem idealizada ou rival construída pela criança no campo das identificações; e o pai real, por sua vez, é aquele que introduz o limite ao gozo materno, operando como agente da castração e possibilitando a separação entre mãe e filho (p. 221). Assim, segundo Lacan (1957-58/1999), a função paterna não se confunde com o pai biológico: um pai pode estar simbolicamente presente mesmo ausente fisicamente, assim

como pode estar presente no real sem exercer o papel simbólico. O Nome-do-Pai, portanto, atua como um significante primordial, estruturando o desejo e posicionando o sujeito na ordem simbólica.

Desse modo, como propõe Lacan (1957-58/1999), a função paterna transcende a materialidade e se configura como um eixo simbólico que viabiliza a entrada do sujeito na cultura. Nesse processo, segundo Imanishi (2022), ela opera de modo semelhante a uma metáfora na linguagem, produzindo significações que organizam a vida psíquica.

Contudo, quando o Nome-do-Pai não se instala no registro simbólico, seja por ausência física ou pela incapacidade de exercer a autoridade simbólica, pode emergir a estrutura psicótica, condição que Lacan define como *forclusão*. Conforme Martins (2019), isso ocorre devido à rejeição do significante paterno, o que impede sua inscrição no simbólico e compromete a constituição subjetiva.

Diante do exposto, é possível afirmar que a função paterna não se limita ao exercício da autoridade ou ao provimento material, mas consiste, fundamentalmente, em mediar a relação da criança com o mundo simbólico. Trata-se de uma função que permite ao sujeito reconhecer que o desejo não é absoluto, sendo atravessado por limites e interditos, conforme discutido por Freud (1905/2016;1913/2012) e desenvolvido por Lacan (1957-58/1999) na noção de castração simbólica.

Assim, ao compreender a função paterna como mediadora entre o desejo e a lei, se torna possível avançar para uma reflexão sobre como essa função incide na experiência da mulher, particularmente no exercício da maternidade. A articulação entre o materno e o paterno evidencia que a posição da mulher enquanto mãe é atravessada pelo lugar ocupado pelo pai ou pela falta que ele deixa na estrutura simbólica familiar.

A PRESENÇA DA FUNÇÃO PATERNA NA MATERNIDADE

A experiência da maternidade, sob a ótica da psicanálise, não se reduz a um evento biológico, mas se estrutura como função simbólica atravessada pelo desejo e pela linguagem. Nesta perspectiva, compreende-se que a mãe, ou quem ocupa esse lugar, representa o primeiro objeto de amor e de investimento libidinal da criança, inaugurando o campo do desejo e o circuito pulsional. Entretanto, conforme Lacan (1957-58/1999), a constituição subjetiva não se sustenta apenas na relação dual entre mãe e bebê, pois é a função paterna que, ao introduzir o terceiro simbólico, instaura a Lei, o limite e a separação, permitindo que o sujeito acesse o campo do simbólico.

Nessa mesma direção, a função materna e a função paterna se articulam como dimensões complementares no processo de constituição do sujeito. Contudo, Calzavara e Ferreira (2019) discutem como, em contextos com fragilidade da função paterna, há uma ampliação das responsabilidades simbólicas sobre a mãe, que muitas vezes é chamada a mediar aspectos do desejo e da lei que normalmente seriam desempenhados ou compartilhados pela função paterna. Fonseca e Vercelli (2024), enfatiza que, nas sociedades contemporâneas, a mulher muitas vezes é compelida a sustentar a ordem simbólica sozinha, se tornando, ao mesmo tempo, fonte de cuidado e limite, o que pode gerar sofrimento psíquico e confusão entre os registros do amor e da lei.

Esse paradoxo se torna ainda mais evidente diante da observação de Badinter (1985), segundo a qual a modernidade impôs às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado dos filhos, exigindo delas a renúncia à liberdade, aos projetos pessoais e ao tempo para si. Enquanto isso, como ressalta a própria autora, os homens continuam ocupando posições de privilégio e, muitas vezes, permanecem socialmente desobrigados de exercer a parentalidade de forma ativa. Em consonância, Iaconelli (2023) observa que o discurso contemporâneo sobre a maternidade ainda sustenta a ideia da chamada “carga mental materna”, pela qual a mulher, mesmo quando compartilha ou delega tarefas, permanece subjetiva e socialmente responsabilizada por tudo que diz respeito à prole (p. 152). Com isso, mesmo quando se ausenta, a mulher é considerada e muitas vezes se considera uma mãe em falta, pois internaliza o ideal de ser uma presença total e insubstituível.

Tal sobrecarga é aprofundada pela autora, o modo como o ideal de uma maternidade dessexualizada e abnegada opera como um dispositivo de controle sobre o feminino. Nesse contexto, a figura da “mãe solo” simboliza o paradoxo contemporâneo da mulher independente e, ao mesmo tempo, sobrecarregada, que precisa conciliar maternidade, trabalho e desejo sob o peso de ideais inalcançáveis (p.182). Essa configuração revela que, embora as transformações sociais tenham ampliado a autonomia feminina, o discurso maternalista continua operando como forma de sujeição, perpetuando a desigualdade na divisão do cuidado e a culpabilização das mulheres pela ausência ou omissão paterna.

O ABANDONO PATERNO: ASPECTOS E CONSEQUÊNCIAS

A compreensão do abandono paterno requer uma abordagem que observe tanto seus determinantes quanto suas consequências, uma vez que sua ocorrência não se explica por fatores isolados, mas pela articulação entre dimensões sociais, culturais e subjetivas. Trata-se

de um fenômeno complexo que envolve, como citado anteriormente, em Lacan (1957-58/1999), não apenas a ausência física do pai, mas, sobretudo, sua ausência simbólica. Nesse sentido, conforme apontam Marodin e Polanczick (2007), na contemporaneidade, observa-se uma fragilização da função paterna, frequentemente esvaziada de seu valor simbólico e social, o que favorece a recusa ou a impossibilidade do sujeito masculino em ocupar o lugar de pai. Assim, como ressalta Valle (2022), o abandono paterno não pode ser compreendido apenas como um ato individual, mas como um sintoma da crise da paternidade no mundo atual.

Ampliando essa compreensão, Iaconelli (2012) observa que a fragilidade das funções parentais na contemporaneidade decorre da perda dos laços simbólicos que sustentavam a transmissão entre as gerações. A autora afirma que “é à medida que o grupo social vai perdendo sua transmissão de hábitos e conhecimento, que a falta de um suposto saber materno advindo da natureza torna-se mais visível” (p. 57). Tal constatação pode ser estendida também à paternidade, na medida em que o esvaziamento simbólico e o declínio das referências culturais dificultam a assunção da função paterna, que pode ser desempenhada por diferentes sujeitos, não necessariamente por um homem.

Nessa perspectiva, Souza e Benetti (2009) ressaltam que a paternidade vive um paradoxo, pois, enquanto os modelos tradicionais, baseados na autoridade distante e no provimento material, perdem espaço, a transição para um envolvimento paterno mais efetivo e participativo ainda não se consolidou como uma norma social. Além disso, as autoras destacam que, apesar da crescente valorização do papel emocional do pai, as estruturas sociais e culturais continuam a reproduzir contradições, mantendo os homens divididos entre o desejo de maior proximidade com os filhos e as expectativas históricas de masculinidade. Paralelamente, aspectos econômicos e estruturais contribuem para agravar esse cenário. De acordo com Souza e Benetti (2008), a precarização do trabalho, o desemprego e as desigualdades sociais podem comprometer diferentes dimensões da paternidade, gerando conflitos conjugais, distanciamento afetivo e sofrimento psíquico. Para essas autoras, a precariedade financeira e a ausência de suporte emocional contribuem para esse afastamento, dificultando a manutenção de um envolvimento paterno presente, cuidador e afetivamente implicado.

No entanto, a dimensão subjetiva desempenha papel fundamental nesse processo. Conforme apresentado por Freud (1913/2012) a figura do pai ocupa uma posição central na origem da moralidade e da vida psíquica coletiva, constituindo um ponto de referência fundamental no processo de identificação.

Ainda dentro dessa perspectiva, Freud (1913/2012), descreve o pai como figura ambivalente, simultaneamente amado e hostilizado, cuja morte simbólica dá origem à internalização de normas e interditos. Esse movimento é retomado e sistematizado em *O Eu e o Id* (1923/2016), quando Freud introduz a noção de supereu como uma instância psíquica derivada das primeiras identificações da criança com os pais, especialmente com o pai. Segundo o autor, tais identificações inconscientes passam a exercer uma função normativa e punitiva, moldando o eu de acordo com os valores internalizados. Dessa maneira, o supereu se constitui como herdeiro do complexo de Édipo, sendo responsável por funções como a consciência moral, o ideal do eu e o sentimento de culpa (Freud, 1923/2014, p. 121).

Nesse mesmo campo de reflexão, Winnicott, em *O Ambiente e os Processos de Maturação* (1979/1983), amplia a compreensão da função paterna ao destacá-la como parte integrante do ambiente suficientemente bom, indispensável ao amadurecimento emocional do sujeito. Para o autor, a presença do pai vai além da função de autoridade ou portador da lei, sendo também um suporte afetivo à mãe e uma ponte entre o mundo interno do bebê e a realidade externa. Nessa linha, Santos, Barbieri e Santos (2021), ao discutirem a perspectiva winnicottiana sobre a paternidade, ressaltam que o exercício da função paterna por parte do homem exige não apenas práticas concretas de cuidado, mas também uma disponibilidade subjetiva que permita o resgate de aspectos maternos internalizados. Os autores destacam que, ao se propor a desempenhar funções de mãe-substituta, o pai deve ser capaz de realizar uma regressão às suas experiências de cuidados, aquelas que ele vivenciou na infância com sua mãe e/ou cuidadores, possibilitando o afloramento de seus aspectos maternos.

Por fim, as primeiras identificações com os pais deixam marcas estruturais duradouras no eu e no supereu (Freud, 1923/1976), o que permite pensar que modelos parentais fragilizados podem ser repetidos inconscientemente nas gerações seguintes. Segundo Lima (2019), as primeiras identificações parentais, sobretudo no contexto do complexo de Édipo, constituem um alicerce fundamental para a formação do supereu, o qual representa simultaneamente os investimentos afetivos da infância e uma reação normativa a esses mesmos vínculos.

Assim, as formas de identificação com as figuras parentais exercem papel fundamental na constituição da subjetividade e na maneira como cada sujeito se posiciona diante dos ideais de masculinidade e feminilidade. Dessa forma, refletir sobre o lugar de identificação implica também compreender o que, na cultura e na psicanálise, constitui o “ser homem”. Freud (1905/1996), ao tratar do desenvolvimento da sexualidade, evidencia que a masculinidade não é um dado biológico, mas o resultado de processos simbólicos e identificatórios que se

formam ao longo do desenvolvimento psíquico. Nesse contexto, Lacan (1957-58/1999), por sua vez, amplia essa concepção ao afirmar que “enquanto ele é viril, um homem é sempre mais ou menos a sua própria metáfora” (p. 201), indicando que a virilidade, longe de corresponder à posse anatômica do órgão, se refere a uma posição simbólica diante da falta e do desejo, ou seja, a uma forma de se inscrever no campo da masculinidade.

Corroborando essa perspectiva, Ambra (2015) destaca que o homem, enquanto categoria, precisa ser pensado como construção histórica e simbólica, e não como essência natural. Para o autor, a masculinidade foi tradicionalmente associada a ideais de coerência e veracidade, evidenciados em expressões como “palavra de homem”, que sustentaram uma imagem de clareza e completude em oposição ao feminino, vinculado ao mistério e à alteridade (p. 184). Essa lógica, segundo ele, institui uma masculinidade que se funda na negação da falta e na recusa da ambiguidade, tornando-se assim, um imperativo impossível de sustentar. Nessa mesma direção, Passos (2023) observa que a masculinidade contemporânea é atravessada por um mal-estar decorrente da perda de referências simbólicas que outrora orientavam o sujeito masculino, fazendo com que muitos homens permaneçam presos a ideias frágeis de virilidade, marcados por tentativas de reafirmação narcísica e pelo afastamento da responsabilidade subjetiva e do exercício da função paterna.

Desse modo, se torna possível compreender, com Guimarães e Celes (2007), que o processo de identificação é decisivo tanto na organização do eu quanto na estruturação das relações sociais, permitindo entender como marcas psíquicas da infância podem se perpetuar e, por vezes, conduzir à repetição inconsciente de padrões de abandono herdados das gerações anteriores. Essa fragilidade na posição simbólica do homem evidencia o quanto os modos de se identificar com as figuras parentais continuam a repercutir na constituição subjetiva.

O ABANDONO PATERNO E SUAS REPERCUSSÕES NA SUBJETIVIDADE FEMININA

A partir dessa perspectiva, Garcia (2014) observa que a relação com o pai, ou sua ausência, pode interferir no desenvolvimento psíquico da filha, influenciando sua subjetividade e o modo como constrói sua identidade feminina. De modo complementar, Lacan (1957-58/1999) e Dor (1989) destacam o papel simbólico fundamental da função paterna, a qual, por meio da metáfora paterna, institui a castração simbólica, afasta o desejo materno e possibilita a inscrição do sujeito no campo da Lei. A partir dessa articulação teórica, compreende-se que a questão não se resume à ausência física do pai, mas ao modo como essa falta repercute na constituição psíquica da filha.

Convém, neste ponto, distinguir o conceito de “feminino” de uma definição meramente biológica ou sociocultural da mulher. Na psicanálise, o feminino não se refere a um gênero, mas a uma posição subjetiva diante da falta e do desejo. Freud (1905/2016), ao investigar a sexualidade feminina, já indicava que a diferença entre os sexos não se explica pela anatomia, mas pelo modo como cada sujeito se relaciona com a castração e com o desejo. Lacan (1957-58/1999), retoma essa concepção ao afirmar que o falo é um significante da falta e não um órgão, deslocando a discussão do plano biológico para o simbólico. De modo convergente, Valença (2003) sustenta que o feminino não designa uma essência nem um atributo natural, mas uma forma singular de se posicionar frente ao desejo e à castração simbólica.

Segundo Demes, Chatelard e Celes (2011), o feminino na psicanálise atravessa um percurso conceitual que vai da histeria freudiana à lógica do “não-todo” lacaniana, uma relação com o Outro que não se deixa capturar inteiramente pela lógica fálica, revelando a impossibilidade de saber ou dizer plenamente sobre o feminino. As autoras explicam que o termo, inicialmente associado à mulher e ao corpo biológico, desloca-se para um campo simbólico e metapsicológico, passando a designar uma posição subjetiva de alteridade e de limite. Assim, o feminino revela o impossível de ser plenamente simbolizado, aquilo que escapa ao saber e à completude, constituindo o lugar da alteridade na experiência subjetiva.

A reflexão de Kehl (2008), em *Deslocamentos do feminino*, aprofunda essa discussão ao mostrar como essa campo do impossível se traduz na experiência subjetiva da mulher. A autora destaca que “homem”, “mulher” e “sujeito” são construções datadas e contingentes, e não essências universais. Além disso, ressalta que o tornar-se mulher é resultado de um percurso de subjetivação marcado por deslocamentos contínuos, em que cada sujeito busca um lugar próprio no campo do desejo, um lugar que nunca é dado de antemão.

Desse modo, essa concepção permite compreender que o feminino se articula à própria noção de subjetividade: lidar com a falta, com o desejo são movimentos que constituem o sujeito. Quando a função paterna se mostra fragilizada, esse processo de construção subjetiva torna-se ainda mais delicado, pois é justamente o pai, enquanto operador simbólico, quem introduz a separação necessária entre mãe e filha, delimitando lugares do desejo e possibilitando o surgimento de uma identidade própria.

Nesse ponto, torna-se possível articular mais diretamente a ausência paterna ao processo de construção da feminilidade. Se o feminino, conforme Freud (1905/2016), Lacan (1957-58/1999), Valença (2003) e Demes, Chatelard e Celes (2011), constitui uma posição subjetiva marcada pela relação com a falta e pela impossibilidade de simbolização completa,

o “não-todo”, a função paterna opera justamente como mediadora essencial para que essa falta seja simbolizada e inscrita no campo da Lei. Quando esse operador simbólico falha, a filha fica mais exposta à angústia diante da falta, pois não dispõe dos limites e da separação necessários para constituir um lugar próprio no desejo. Na ausência dessa mediação, a feminilidade pode se organizar de modo mais sofrido: a filha tende a permanecer mais enlaçada ao desejo materno, encontra maiores dificuldades para sustentá-la como falta e não como falha pessoal, e pode vivenciar o feminino como um lugar de insuficiência, desamparo ou menor valor. Desse modo, aquilo que na teoria já se apresenta como estruturalmente não estabilizado, o campo do feminino, torna-se ainda mais frágil quando não há a operação paterna que introduz a diferenciação e possibilita à filha constituir sua posição feminina sem que a falta seja vivida como falha pessoal.

Especificamente sobre as mulheres, Silva (2018) acrescenta que a ausência paterna compromete essa separação necessária, pois, sem a introdução do Nome-do-Pai como significante que intervém entre o sujeito e o desejo materno, a filha encontra dificuldades para construir uma identidade própria marcada pela alteridade. Nessa mesma direção, Schwartz (2023) argumenta que a ausência paterna marca profundamente a vida psíquica da mulher, produzindo um vazio que pode levá-la a buscar substitutos relacionais e a enfrentar inseguranças em seus vínculos afetivos. Segundo o autor, tal falta pode se manifestar em anos de tentativas de preenchimento, fazendo com que a filha procure compensações em suas relações e vivencie constantes dúvidas e inseguranças que se repetem a cada novo vínculo estabelecido (p. 46). Complementarmente, Balduino *et. al.* (2025) apontam que a ausência paterna gera um vazio psíquico que fragiliza a constituição da identidade e interfere na capacidade de estabelecer vínculos afetivos saudáveis, levando o sujeito a idealizar o parceiro como uma figura capaz de preencher a falta deixada pelo pai ausente.

Diante dessas repercussões subjetivas, é pertinente retomar Freud (1914/2010), em seu artigo *Recordar, repetir e elaborar*, ao destacar que experiências dolorosas não simbolizadas tendem a reaparecer na vida do sujeito por meio da compulsão à repetição, mecanismo pelo qual o inconsciente busca reviver experiências que foram geradoras de conflito e sofrimento psíquico (p. 150). Tal entendimento, é retomado por Falci e Paula (2023), que, ao investigarem a compulsão por repetição nas escolhas amorosas, ressaltam que o indivíduo tende a reviver inconscientemente padrões relacionais originados nas primeiras experiências de amor, em especial aquelas marcadas pela falta e pelo desamparo. Segundo as autoras, “amar é invariavelmente amar pela segunda vez, pois o amor atual repete o protótipo

infantil, frequentemente o amor recebido, ou não recebido, das figuras parentais” (Falci e Paula, 2023, p. 606).

Sob esse viés, Freud (1914/2010) assinala que a experiência de abandono tende a ser reeditada nas relações amorosas sob a forma da compulsão à repetição, revelando como a ausência do pai permanece atuante na economia psíquica feminina. Em consonância, Zafiroopoulos (2009) enfatiza que a carência da função paterna incide sobre a maneira como essas mulheres se relacionam com o desejo, com amor e até mesmo com a vivência do próprio corpo.

Conforme observa Lima (2012), tal dinâmica pode ser especialmente evidente em mulheres filhas de pais ausentes, que frequentemente reencenam, nas relações amorosas ou sociais, os mesmos sentimentos de rejeição e desamparo vivenciados na infância. O autor acrescenta ainda que figuras paternas que praticam atos de negligência, omissão, ausência e outras formas de violência tendem a incutir nessas mulheres sentimentos de menos-valia, insegurança, baixa autoestima e dificuldade de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios (p. 2). Para Lima (2012), esses efeitos emocionais não são simplesmente respostas conscientes à ausência do pai, mas constituem expressões do modo como essa falta simbólica estrutura o inconsciente feminino.

Freud (1930/2010), em *O mal-estar na civilização*, elabora essa compreensão ao situar o desamparo como uma condição estrutural da existência humana, vinculando-o à nostalgia pela proteção paterna e à necessidade de amparo frente à impotência diante do destino. O autor destaca que a origem da atitude religiosa e do anseio por autoridade deriva justamente desse sentimento de desamparo infantil e da “nostalgia do pai” despertada por ele (p.17). Essa formulação permite compreender que a ausência paterna não apenas fragiliza as referências simbólicas da filha, mas também intensifica esse desamparo originário, levando-a, muitas vezes, a buscar no outro, seja em vínculos afetivos, figuras de autoridade ou ideias, a ilusão de uma proteção que substitua a função paterna perdida. Nesse sentido, Balduino *et. al.* (2025) reforçam que a ausência paterna compromete o desenvolvimento da autonomia psíquica, mantendo o sujeito preso à dependência do olhar do outro e à busca incessante por completude no campo do amor e da fantasia, como tentativa de restaurar a segurança simbólica perdida.

Desse modo, o abandono paterno pode assumir a forma de uma falta simbólica que atravessa a subjetividade, afetando a constituição da identidade e a qualidade dos vínculos afetivos, sobretudo na experiência feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os impactos do abandono paterno na constituição psíquica feminina a partir da teoria psicanalítica, destacando como a ausência do pai ultrapassa a dimensão física e se manifesta como fragilidade simbólica na subjetividade da mulher. A pesquisa permitiu compreender que o pai, enquanto função estruturante, desempenha papel essencial na introdução da lei, da linguagem e do desejo, elementos indispensáveis para a constituição do sujeito.

A paternidade passou por diversas transformações ao longo da história, deixando de ser associada apenas à autoridade e ao provimento material para incorporar uma dimensão afetiva e participativa. Entretanto, na contemporaneidade, observa-se uma crise dessa função, marcada pela dificuldade de muitos homens em assumir o papel simbólico de pai. Essa fragilidade reflete impasses sociais e subjetivos mais amplos, que afetam diretamente o modo como os vínculos familiares e amorosos se constituem.

No campo psíquico, verificou-se que a ausência paterna pode gerar um vazio simbólico que se traduz em inseguranças, dificuldades na construção da identidade e repetições de padrões afetivos. Tais repercussões, sobretudo na experiência feminina, revelam o quanto o pai é fundamental para mediar a relação entre mãe e filha e permitir que a mulher desenvolva um lugar próprio no campo do desejo e da alteridade.

Além disso, observou-se que o abandono paterno contribui para a sobrecarga materna, pois a mãe é frequentemente convocada a sustentar sozinha funções simbólicas e emocionais que deveriam ser compartilhadas. Essa realidade reforça desigualdades e ideais que ainda recaem sobre o feminino, perpetuando a ideia de que cabe exclusivamente à mulher o cuidado e a responsabilidade pela vida psíquica dos filhos.

Por fim, o abandono paterno revela-se como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões subjetivas, sociais e culturais, que requer compreensão das múltiplas formas como se manifesta na vida psíquica. Reconhecer a função paterna como elemento simbólico essencial implica também reconhecer a importância de construir novas formas de parentalidade baseadas na corresponsabilidade e no cuidado compartilhado.

REFERÊNCIAS

FREUD, S., 1856-1939. Obras completas, volume II : **totem e tabu**, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914) I Sigmund Freud ; tradução Paulo César de Souza. - J ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em:
file:///C:/Users/livia/Downloads/Vol.11%20FREUD,%20Totem%20e%20Tabu%20(Cia.%20das%20Letras).pdf

LACAN, J., 1901-1981. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente** (1957- 1958)/Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [tradução de Vera Ribeiro; revisão de Marcus André Vieira].- Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Disponível em:
<https://clinicand.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Jacques-Lacan-O-seminario-Livro-5-As-formacoes-do-inconsciente.pdf>

IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2024. Brasil já registra mais de 91 mil crianças sem o nome do pai em 2024. Assessoria de Comunicação do IBDFAM (com informações do ConJur), 23 jul. 2024. Disponível em:
<https://ibdfam.org.br/noticias/12043/Brasil+j%C3%A1+registra+mais+de+91+mil+crian%C3%A7as+sem+o+nome+do+pai+em+2024>

FEIJÓ, J. Mães solo no mercado de trabalho crescem 1, 7 milhão em dez anos. **Portal FGV**, v. 18, 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>

DOR, J. Estruturas e clínica psicanalítica. **Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Editores**, 1991. Disponível em: <https://psiligapsicanalise.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/09/joel-dohr.pdf>

BISPO, F. S. et al. O que é um pai? A função paterna nos momentos iniciais do ensino de Lacan. **Psicologia Revista**, v. 26, n. 1, p. 81-108, 2017. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/30988/23330>

FIGUEIREDO, A. C.; MACHADO, O. M. R. O diagnóstico em psicanálise: do fenômeno à estrutura. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, v. 3, p. 65-86, 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/agora/a/Nsq79hc7Wh5VP3jhygtvsrD/?format=pdf&lang=pt>

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3º ed.rev. amp. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em:
https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/DEMO_Pedro_Metodologia_cient%C3%ADfica_em_Si%C3%A7ncias_Sociais.pdf

REZENDE, L. F. A. **A função materna e suas implicações na constituição do sujeito**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Católica de Minas Gerais, Unidade São Gabriel. Belo Horizonte, 2018. Disponível em:
<https://bib.pucminas.br/pergamumweb/vinculos/000044/000044ff.pdf>

FREUD, S., 1856-1939. Obras completas, volume 6 : **três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905) I Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza. -11 ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Disponível em:
file:///C:/Users/livia/Downloads/Tre%CC%82s%20ensaios%20sobre%20a%20teoria%20da%20sexualidad e%20-%20Sigmund%20Freud%20(1).pdf

LACAN, J., 1901-1981. O seminário, livro 4: **a relação de objeto** I Jacques Lacan; texto 95-0034 estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução Dulce Duque Estrada. - Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Disponível em: file:///C:/Users/livia/Downloads/LACAN,_Jacques_O_semin%C3%A1rio,_livro_4.pdf

LACAN, J., 1901-1981. **Outros escritos** I Jacques Lacan; [tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles]. - Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/livia/Downloads/Outros%20Escritos%20-%20Jacques%20Lacan.pdf>

CALZAVARA, M. G. P; FERREIRA, M. A. V. A função materna e seu lugar na constituição subjetiva da criança. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 3, p. 432-444, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v24n3/a08v24n3.pdf>

HENNIGEN, I; GUARESCHI, N. M.de F. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, p. 44-68, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VcK9kr6SwcsQC7OMvKpJCVx/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, J. M. da S. **O lugar do pai**: uma construção imaginária / José Maurício da Silva. – Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia_SilvaJM_1.pdf

MALINOWSKI, B. A vida sexual dos selvagens. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/livia/Downloads/malinowsky%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/livia/Downloads/malinowsky%20(1).pdf)

LÊVI-STRAUSS, C., 1908. As Estruturas elementares do parentesco; tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1982. Disponível em: file:///C:/Users/livia/Downloads/As_estruturas_elementares_de_parentesco_Claude_Levi_Strauss.pdf

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. **Memorandum: memória e história em Psicologia**, v. 8, p. 20-37, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/livia/Downloads/vasconcelosroberta,+Gerente+da+revista,+3.+Mudan%C3%A7as+sociais+e+familiares+na+atualidade+reflex%C3%B5es+%C3%A0+luz+da+hist%C3%B3ria+social+e+da+sociologia.pdf>

COSTA, D. G.; OLIVEIRA, VH de. A importância da função paterna psicanalítica no desenvolvimento infantil. **Psicol Saberes Práticas**, v. 2, n. 1, p. 46-52, 2018. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/64/16012019151553.pdf>

FREUD, S. **Freud (1923-1925)- Obras completas volume 16: O Eu e o Id," Autobiografia" e outros textos**. Editora Companhia das Letras, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/livia/Downloads/16.%20O%20Eu%20e%20o%20Id,%20autobiografia%20e%20outros%20-%20Sigmund%20Freud%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/livia/Downloads/16.%20O%20Eu%20e%20o%20Id,%20autobiografia%20e%20outros%20-%20Sigmund%20Freud%20(1).pdf)

IMANISHI, H. A. Metáfora e significação: a construção de sentidos em análise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 24, p. 11-19, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/qn6jrHKrnQqbCnwGjCFTLwz/?format=pdf&lang=pt>

MARTINS, V. T. A forclusão do nome-do-pai: lógica do significante e topologia dos nós. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 22, n. 3, p. 290-298, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/qn6jrHKrnQqbCnwGjCFTLwz/?format=pdf&lang=pt>

MARODIN, M.; POLANCZICK, T. V. Transformações na paternidade: Quem é o pai na família do século XXI?. **IHU on-line**, v. 230, p. 18-23, 2007. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/21-artigo-2007/1187-marilene-marodin-e-tania-vanoni-polanczick>

VALLE, M. C. Revista Casa D'Italia, Juiz de Fora, Ano 3, n. 26, 2022 – | Violência em dose dupla: o abandono paterno. Disponível em:

<https://casaditaliajf.com.br/2022/08/25/revista-casaditalia-violencia-em-dose-dupla-o-abandono-paterno>

SOUZA, C. L. C. de; BENETTI, S. P.da C. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 19, p. 97-106, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/bjK5v5jds4JRtLQ8jJrcpfv/?lang=pt&format=pdf>

BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. In: **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 1985. p. 370-370. Disponível em:

file:///C:/Users/livia/Downloads/Badinter,%20Elisabeth%20O%20Mito%20do%20Amor%20Materno%20(2).pdf

SOUZA, C. L. C. de. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. 2008. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v1n2/v1n2a02.pdf>

WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Trad. por Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed, 1983. Disponível em:

file:///C:/Users/livia/Downloads/WINNICOTT%20D%20W%20-%20O%20ambiente%20e%20os%20processos%20de%20matura%C3%A7%C3%A3o.pdf

DOS SANTOS, G. A.G; BARBIERI, V; DOS SANTOS, M. A. O pai e a função paterna na teoria winnicottiana. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 73, n. 3, 2021. Disponível em:

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v73n3/09.pdf>

LIMA, M. V. R. L. Um breve percorrido na teoria de Freud sobre as identificações. Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPdePA/Serra), v. 26, 2019. Disponível em:

<https://cepdepa.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20-Margarida-Vi%C3%B1as-Ribeiro-Lima-Um-breve-percorrido-na-teoria-de-Freud-sobre-as-identifica%C3%A7%C3%B5es.pdf>

GUIMARÃES, V. C; CELES, L. A. M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, p. 341-346, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/rqpsCXPdYxjNcKR9pxpnNvD/?format=pdf&lang=pt>

GARCIA, A. C. F. De pai para filha: as contribuições do pai na construção da identidade da mulher.

Psicologia Revista, v. 16, n. 1/2, p. 119-131, 2007. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18060/13420>

DOR, J. Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado com o linguagem / Joël Dor; trad, [de] Carlos Eduardo Reis; supervisão e rev. técnica da trad, [por] Cláudia Corbisier. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. Disponível em:

https://topofilosofia.net/pesquisa/psicanalise/lacaniana/seguro/Sem_09/Textos%20Logica/docslide.com.br/introducao-a-leitura-de-lacan-dor-joel.pdf

SILVA, M. M; ALTOÉ, S. O pai: uma questão sempre atual para a psicanálise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 21, p. 333-342, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/agora/a/ZB5RpqmKtxqspTwrRnk9Qvg/?format=pdf&lang=pt>

SCHWARTZ, S. E. **O efeito da ausência do pai nas filhas : desejo paterno, ferida paterna** / Susan E. Schwartz ; tradução de Danielle Barbosa. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2023. Disponível em:

file:///C:/Users/livia/Downloads/O%20efeito%20da%20ausencia%20do%20pai%20nas%20-%20Susan%20E.%20Schwartz.pdf

FREUD, S.. Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise 2. In: O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos. 1914. p. 193-203. Disponível em:

file:///C:/Users/livia/Downloads/Recordar-Repetir-e-Elaborar-1914.pdf

LIMA, A. P. P. Mulheres e o abandono da figura paterna: considerações teórico-clínicas a partir da psicologia analítica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, p. 821-830, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/wn6nHN5SkWwYpnW3frsfHyP/?format=pdf&lang=pt>

ZAFIROPOULOS, M; DOS MARES GUIA, E. R; CECCARELLI, P. R. A teoria freudiana da feminilidade: de Freud a Lacan. **Reverso**, v. 31, n. 58, p. 15-24, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/livia/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/v31n58a02.pdf>

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n85/07.pdf>

BORGES, M. L. S. F. et al. Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17265/1/MBorgesDISSPRT.pdf>

PASSOS, P. C. O sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo [manuscrito] / Péricles Carvalho Passos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/cac467a7-aac1-4a86-b268-686f86605ed9/content>

IACONELLI, V.. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://institutogerar.com.br/wp-content/uploads/2017/02/mal-estar-na-maternidade-do-infanticidio-a-funcao-materna.pdf>

AMBRA, P. E. S.. **O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no ocidente**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/livia/Downloads/Pedro_Ambra_O_que_%C3%A9_um_homem_Psican%C3%A1lise_e_historia_da_masculinidade.pdf

DEMES, J. R; CHATELARD, D. S; CELES, L. A. M. O feminino como metáfora do sujeito na psicanálise. 2011. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n2/08.pdf>

VALENÇA, M.da C. A. Feminilidade em Freud e na contemporaneidade: repercussões e impasses. 2003. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/163/1/Maria%20Araujo.pdf>

Kehl, M. R. **Deslocamentos do feminino** I Maria Rita Kehl. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Imago, 2008. Disponível em:

<file:///C:/Users/livia/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/deslocamentos-do-feminino-maria-rita-kehl.pdf>

BALDUINO, L. C. B.; SILVA, L. B; MARQUES, S. A. A. S; DINIZ, R. G. S. Análise psicanalítica acerca da influência do pai ausente na formação de fantasias e expectativas amorosas na idade adulta. 2025. Disponível em:

<https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/2b4527be-f19b-4011-97a4-6243410ebef5/content>

FREUD, S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)(PC de Souza, trad.). **São Paulo, SP: Cia das Letras.(Trabalho original publicado em 1930)**, 2010. Disponível em:

[file:///C:/Users/livia/Downloads/\(1930-1936\)%20O%20mal%20estar%20na%20civi%20-%20Sigmund%20Freud.pdf](file:///C:/Users/livia/Downloads/(1930-1936)%20O%20mal%20estar%20na%20civi%20-%20Sigmund%20Freud.pdf)

FALCI, N. L; DE PAULA, M. B. OUTRA VEZ A MESMA HISTÓRIA: A COMPULSÃO À REPETIÇÃO NAS ESCOLHAS AMOROSAS À LUZ DA TEORIA PSICANALÍTICA. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, v. 5, n. 9, 2023. Disponível em:

<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3751/2728>

BETTS, M.K; WEINMANN, A de O; PALOMBINI, A. de L. O pai em psicanálise: interrogações acerca

das instâncias real, simbólica e imaginária da função paterna. **Psicologia Clínica**, v. 26, p. 215-233, 2014.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/wtCBgmkMcNy48DDJzzwcCmP/?format=pdf&lang=pt>

IACONELLI, V. **Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução**. Editora Zahar, 2023. Disponível em:

file:///C:/Users/livia/Downloads/Manifesto_antimaternalista_psicana%CC%81lise_e_poli%CC%81ticas_da_reproduc%CC%A7a%CC%83o%20(2).pdf

VIRGILIO, J. P. de P; GONÇALVES, D. A. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA. **JICEX**, v. 1, n. 1, 2014.
Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/150>